

UM OLHAR PRELIMINAR SOBRE A IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE CRACK

Railton Teixeira da Silva¹
Centro Universitário Cesmac

RESUMO: O tráfico de crack esta mantido em uma rede cujas regras são estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Para isso é preciso entender o processo que resulta na identificação e localização do usuário de crack, a partir de uma análise preliminar de como se dá essa rede de relações a partir de uma olhar sistemático e dialético sobre a problemática.

PALAVRAS-CHAVE: *Crack, violência, usuário, tráfico, lucro.*

INTRODUÇÃO

O artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo professor Dr. Luiz Sávio de Almeida e defendido em maio de 2014. O trabalho, “Imprensa e crack: Uma investigação preliminar sobre o caso Alagoas”, foi defendido como requisito parcial na obtenção do grau em bacharel em comunicação social, habilitação jornalismo, pelo Centro Universitário Cesmac.

Nele, lançaremos nosso olhar sobre o usuário de crack. É sobre o comércio ilegal da droga que recai a culpa pela violência contra a vida, inclusive, homicídios. Essa atribuição parte, geralmente, dos próprios órgãos oficiais do Estado de Direito que voltam suas atenções para a repressão ou, quando não, para o usuário a partir de um “recuperando” em potencial.

Deste forma, é alimentada toda uma cadeia mantenedora das inúmeras casas de acolhimento, ou, como é conhecida, clinica de tratamento para dependentes químicos. Porém, não voltaremos as nossas atenções para esse procedimento usado como saída para solucionar um problema de ordem econômico, mas que é encarado como problemática de saúde pública.

Se tratando sobre a realidade de Alagoas, não foi possível identificar um estudo sistemático característico sobre a realidade e o perfil do usuário no Estado. Órgãos públicos,

¹ Railton Teixeira da Silva é jornalista, diretor de comunicação e jornalismo do Movimento de Libertação dos SemTerra (MLST) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Direito, Sociedade e Violência do Centro Universitário Cesmac (NSDV/Cesmac)

estaduais e municipais, dizem desconhecer sobre a existência dos estudos ou levantamentos realizados. Se existir, eles permanecem muito bem guardados nas gavetas a disposição das traças, fazendo com que o pesquisador fique procurando informações junto a órgãos de fora do Estado.

Consideramos isso muito perigoso, pois as ações de enfrentamento ao comércio ilegal e repressão aos usuários são pensadas a partir da realidade de outros Estados da federação. Ignorando as particularidades de venda, compra e consumo do crack na região. E o que é pior cada órgão desenvolve seus trabalhos isoladamente, já que não há uma comunicação integrada entre eles.

Alagoas só aparece em relatórios fragmentados, como o da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do crack e de outras drogas ilícitas (CEDROGA), da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Esse relatório serviu de base para a tão polêmica “Proposta para políticas públicas sobre drogas no Brasil”, responsável pelo endurecimento das penas aplicadas no caso de posse e venda dos ‘ilícitos’. Nele, Alagoas e Minas Gerais são apontados como “exemplo” para o Brasil na prevenção, recuperação e reinserção, por meio de programas de acolhimento, que na verdade é uma indústria.

Aprofundamos nosso olhar ainda sobre os dados apresentados a partir do inquérito epidemiológico feito pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) realizado nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Como também nos levantamento sobre o uso de drogas, e crack, realizado em todas as universidades do país. O material também foi organizado pela Senad.

Ainda sobre os perfis dos usuários de crack, situamos o uso controlado da substância, a partir da constatação feita por Oliveira e Nappo em levantamento realizado na cidade de São Paulo. É importante considerar que não foi aprofundado o olhar sobre o tema, mas apenas um registro sobre a existência dessa modalidade de uso.

UM PANORAMA GERAL DO CRACK

O crack é a atualização das drogas disponíveis. Ele penetrou no meio urbano e depois no meio rural. Isso porque é uma droga barata que se aproveita das sobras da produção da cocaína e das sobras do consumo urbano, sendo inclusive, de fácil utilização, podendo ser usada em qualquer lugar, uma vez que não possui odor forte como a maconha.

Ele representa novo comportamento na matriz de tráfico, inclusive, por ser derivado do que não seria reaproveitado da cocaína sendo adicionado outras substâncias facilmente encontradas nos centros urbanos, como o bicarbonato de sódio e soda cáustica. O acréscimo de tais substâncias possibilita um processo de produção em escala para público cada vez mais crescente e, por outro lado, é matéria de baixo investimento para o tráfico.

O crack é uma mercadoria, como qualquer outra droga, e, nos modos de produção capitalista, possibilita um lucrativo retorno financeiro, uma vez que lhe é, inclusive, incorporada menor quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário² (MARX, 1983).

Seu uso se dá por meio da queima da pedra do crack com o auxílio de cachimbos artesanais como “latas pequenas, garrafas plásticas e canudos ou canetas” (QUEIROZ, 2008). Essa facilidade é uma das razões que promoveu a ampliação da faixa de consumo da droga passando a atingir a nova estrutura de renda até então não alcançada e que está nas periferias das comunidades em geral. Até então, a atenção do tráfico era voltada para as classes média e média alta.

Essa nova estrutura do tráfico encontra nessas comunidades toda uma pobreza organizada espacialmente que possibilitou seu fortalecimento e lucratividade. Agora o crack passa a traçar nova rota da economia no mercado ilegal, criando uma nova identidade de consumo, de usuários e com territorialização certa e definida.

O processo de exclusão a que são submetidos esses empobrecidos e seus filhos é, do ponto de vista econômico, vantajoso para o tráfico. Uma vez que o desemprego nessas áreas é uma constante, principalmente entre os jovens que são atraídos com as facilidades apresentadas e a fácil obtenção de recurso que o possibilite custear seu vício, como também ter dinheiro para outras finalidades.

É nessas circunstâncias que a droga encontra as condições necessárias para sua consolidação. O valor final pago pelo produto é, nos modos de produção capitalista, lucrativo já que a sua produção é caseira e necessita apenas de bicarbonato de sódio, soda cáustica e água. Essas substâncias somadas a pasta base de cocaína é capaz, segundo Queiroz (2008), de ser cinco vezes mais forte que a própria cocaína e de rápida duração.

Um levantamento realizado pela PUC de Minas Gerais, sobre a problemática do crack na sociedade brasileira, aponta que a droga leva os usuários à compulsão e “possivelmente à dependência” e que para manter o vício é necessário a aquisição de repetidas “doses/pedras”, como pode ser conferido abaixo:

² Marx explica que “[...] Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas habilidades e de intensidade de trabalho” (1983, p. 48).

O crack pelo efeito rápido e de pouca duração leva à compulsão e possivelmente à dependência. Para a manutenção do uso, os usuários compram pequenas e repetidas doses/pedras de crack. Assim, uma droga que é considerada barata, acaba por surtir um efeito danoso nas economias do usuário. Os indivíduos de classes sociais mais abastadas começam a gastar suas economias, não dispendo mais delas, vendem os imóveis e carros, passando para os objetos pessoais, objetos de sua casa e de seus familiares, e por fim, envolvimento em delitos mais graves. Enquanto que a população de baixa renda, gasta seu salário, vende objetos de uso pessoal e domésticos e passa por um caminho mais curto para os delitos mais graves. (PUC MINAS, 2010, p. 16)

Essa perfeita combinação, nos modos de produção capitalista, é o resultado do encontro dos dois lixos, urbano e químico, que encontra sua utilidade junto ao “lupemproletariado”, lugar esse onde jamais, a cocaína e até mesmo a maconha poderiam proliferar. Segundo Almeida (2008, p. 19):

Toda e qualquer sociedade onde haja por princípio a exclusão de setores dos benefícios da produção, produz o seu lupemproletariado, como enfocaram Marx e Engels em *As guerras camponesas na Alemanha*, texto de 1850 e lembrado por Guimarães (1981, p. 2) “[...] em suas formas mais ou menos desenvolvidas, constitui fenômeno comum a todas as etapas da civilização.” Não é necessário que se desenvolva o sistema capitalista, para ter-se o estabelecimento de setores perigosos da população. A linha divisória está na possibilidade de acesso a bens e serviços, não cabendo apenas falar na existência de *outsiders* em oposição a *insiders*, mas no modo como são produzidos: estar *out* ou *in*, excluídos ou incluídos acontece quando se lida com uma construção social de acúmulo de riqueza e construção política da pobreza.

A aquisição da pedra de crack não é difícil. Ela é encontrada com facilidade nos guetos, grotas, favelas e até nas comunidades rurais. A sua compra é, do ponto de vista econômico, barato para o usuário e lucrativo para o tráfico. A droga pode ser adquirida por baixo valor que geralmente não ultrapassa os R\$ 5,00 (cinco reais). Para o tráfico a venda por um baixo valor é compensatório, uma vez que sua produção é de baixo investimento, mas com retorno garantido.

Para manter o vício, os usuários desenvolvem atividades autônomas, como reciclagem de latas de alumínio, além de cometer pequenos delitos, furtos ou latrocínios com a finalidade em conseguir a quantia necessária para aquisição da pedra do crack. Outra forma de obtenção desse recurso, para a compra da droga, é por meio da prostituição, sendo comum entre mulheres.

Geralmente a comercialização da droga ocorre no próprio local de consumo e esses “espaços territoriais de uso e abuso de drogas”, segundo Salgado (2013), citando Rui, são as chamadas de *cracolândia*.

Esse termo tem nomeado os cenários de crack em várias cidades brasileiras. De acordo com Rui (2012), crack e *cracolândia* têm se tornado sinônimos, pois “onde

há usuários de crack, brotam *cracolândia* – o que parece denotar a construção de um espaço-sede imaginário, edificado a partir daquilo que se fala sobre ela; trata-se, pois, de um lugar social e também de um lugar discursivo” [...]. (RUI *apud* SALGADO, 2013, p. 275). [Grifos do autor].

Esses locais são muito característicos e próprios com o cenário de exclusão e degradação social e humana, servindo ainda como moradia para os dependentes que deixam as residências e agora, em sua maioria, passa a permanecer em condição de rua.

Esse ciclo aliado à facilidade em encontrar pequenas latas de refrigerante e cerveja, canudos plásticos e outros instrumentos que sirvam como cachimbos para a queima da pedra do crack é um dos fatores responsáveis pelo aparecimento de novas *cracolândias* ao longo das comunidades em geral, onde a presença do Estado não é visível. Onde não há execução de políticas públicas destinadas a essa classe social colocando-os na posição de violentados pelo próprio Estado.

UM PERFIL APRESENTADO DO USUÁRIO DE CRACK

Um determinado tipo de discurso afirma que o usuário de crack é violento por ser pobre e é pobre por ser violento. Isso fica como um círculo, porque é dada à pobreza toda responsabilidade do processo. O usuário passa a ser identificado física e geograficamente na sociedade onde vive. Geralmente passa a ser identificado pelas suas vestes, sua estrutura física: magro e desnutrido, estando vulnerável as causas externas de violência.

Em 2010, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) deu início a um estudo ou “inquérito epidemiológico” dos usuários de crack no país. Ele foi concluído nos meados de 2013. Os resultados, segundo o relatório, foram colhidos em entrevistas com usuários das 26 capitais federais e o Distrito Federal.

A pesquisa foi dividida em faixa etária, sexo, raça/cor, situação conjugal, escolaridade, moradia, formas de obtenção de dinheiro, motivação subjacente ao consumo, tempo médio de uso, padrões de uso de crack, intoxicação aguda, mulheres, comportamento sexual, acesso a serviços de atenção à saúde e de cunho social e aspectos jurídico-criminal.

Os resultados mostram que os entrevistados foram adultos jovens com idade média de 30 anos. Segundo o levantamento, não foi observado uma “quantidade expressiva” de crianças e adolescentes nas cenas visitadas, “apesar desse subgrupo estar presente em diversas cenas dos diferentes municípios pesquisados” (SENAD, 2013).

O levantamento aponta ainda que os usuários de crack são “predominantemente” masculino, representando 78,7% nas cenas de uso. Ainda de acordo com o relatório, em

inquéritos domiciliares anteriores a proporção de usuários de cocaína/crack eram 60% homens e 40% mulheres. “Tal achado está em sintonia com a literatura nacional, que aponta para uma presença masculina maior em cenas abertas e na interface com o tráfico” (SENAD, 2013).

A pesquisa sustenta ainda a predominância de usuários “não-brancos”, ou seja, negros. Os números apresentados dão conta que chega a ultrapassar os 80%. Nessa população ainda foi constatado que 60% dos usuários são solteiros e a sua maioria não ultrapassou o nível fundamental. Ela observa ainda que, mesmo com baixa frequência, os usuários cursaram ou concluíram o ensino médio e uma “baixíssima” proporção cursaram ou concluíram o ensino superior. “Cabe observar, no entanto, que a ampla maioria dos usuários esteve em algum momento na escola” (SENAD, 2013).

Se tratando de Alagoas, não há dados, levantamentos, informações ou estudos sistemáticos sobre a realidade do crack no Estado. As poucas informações são coletadas junto a artigos ou em relatórios que abordam a problemática em todos os estados da federação. O que leva o entendimento generalizado do processo de trânsito da droga em todo o país.

A realidade do crack em Alagoas não é diferente do resto do Brasil. Mas, cada região apresenta sua particularidade seja na venda, aquisição e consumo da pedra de crack. Uma vez que a realidade de cada região se difere, não apenas pela geografia, mas por toda rede de atores que tem influência direta no processo, seja ele social ou histórico. Um dos fatores determinantes se dá em relação ao deslocamento da rota da droga, que agora não atua apenas nos grandes centros urbanos, mas passa a investir nas comunidades rurais, conseqüentemente, deslocando também suas causas e problemas.

A falta desse estudo sistemático leva a vários erros na elaboração e execução de programas, e, ações voltadas para o combate e o comércio ilegal de crack. Vale a pena destacar que o Estado é pioneiro em programas, como o Brasil Mais Seguro, e, Crack é possível vencer, voltados às áreas de segurança e saúde pública. Só para o programa Crack é possível vencer foram destinados R\$ 4 bilhões, pelo governo federal a todos os estados da federação, para a execução do programa entre os anos 2012 e 2013. Estão a frente dos trabalhos desenvolvidos no programa os ministérios da Saúde e da Justiça.

A Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do crack e de outras drogas ilícitas (CEDROGA) da Câmara dos Deputados, em Brasília, emitiu um relatório, “Proposta para políticas públicas sobre drogas no Brasil”, onde aponta algumas características do crack em Alagoas.

Alagoas e Minas Gerais são apresentados como “exemplo” para o Brasil na prevenção, recuperação e reinserção, por meio do programa Acolhe Alagoas. A proposta, assinada pelo deputado federal Carimbão³, foi base para a elaboração do texto acrescentado na Lei Antidrogas. Ela endurece a pena para traficantes do “crime organizado”, além de dar nova redação as regras para a internação involuntária de usuários da “droga símbolo, que é o crack” (CEDROGA, 2011).

Por meio deste relatório, é apresentado que 95% do “uso e conflitos” sobre droga, em especial o crack, estão entre os jovens alagoanos de 16 e 27 anos e “em tese estão nas escolas” (CEDROGA, 2011). Segundo o relatório, “está comprovado que as pessoas que começam a usar as drogas lícitas, ou seja, bebida até os 18 anos têm 5 vezes mais chances de se tornarem dependentes químicos” (2011).

Outra realidade sobre o crack em Alagoas é feita por meio de levantamento nas universidades brasileiras, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) e publicado em 2010. Mesmo de forma generalizada, foram entrevistados universitários das redes pública e privada do Estado.

Citando Carlini, o relatório traz a informação de que 22,8% da população brasileira já usou alguma droga psicoativa (exceto álcool e tabaco) na vida e que destes “pode-se observar que as idades de 18 e 24 anos apresentam as maiores prevalências para o uso na vida [...] enquanto que a população entre 25 e 34 anos apresenta as maiores prevalências para o uso na vida de cocaína (5,2%)” (SENAD, 2010).

É importante considerar que o uso do crack também é uma realidade entre os universitários brasileiros, inclusive, em Alagoas. Mesmo não apresentando dados isolados sobre a realidade do uso da droga entre os universitários do Estado, o relatório destaca que quase metade dos universitários brasileiros (48,7%) relatou “ter consumido alguma substância psicoativa (que não álcool ou produtos do tabaco) pelo menos uma vez na vida, sendo que pouco mais de um terço deles (35,8%) nos últimos 12 meses e cerca de um quarto (25,9%) nos últimos 30 dias” (SENAD, 2010).

Entre as substâncias psicoativas usadas pelos universitários entrevistados, está o crack. Isso nos remete à ideia de que alguns dos entrevistados, se encaixam na modalidade de uso ‘controlado’ apresentado por Oliveira e Nappo (2008), como veremos adiante.

De acordo com o relatório, o uso de crack na vida pelos universitários é de 1,2%, diferente do álcool (86,2%) e do tabaco (46,7%), consagradas como as drogas mais usadas

³ O deputado é dirigente de uma clínica de tratamento para usuários de crack em Alagoas.

pelos estudantes do ensino superior em todo o país. Ainda de acordo com o levantamento, 0,2% fizeram uso da droga nos últimos 12 meses, que antecederam a aplicação do questionário. A mesma porcentagem se repete aos entrevistados durante os últimos 30 dias.

Ainda entre os universitários que consomem o crack, nos últimos 12 meses e 30 dias, “a frequência de uso de substâncias ilícitas também aumentou com a idade do universitário” (SENAD, 2010). Segundo o relatório, o consumo tem sido maior para os universitários de idade acima de 35 anos, “para todas as medidas de uso” (2010).

A partir da análise do perfil do uso das drogas, em especial o crack, é possível identificar que o “consumo tende a ser maior entre os estudantes de faixas etárias intermediárias (18 a 24 anos e 25 a 34 anos), especialmente para as medidas de uso *nos últimos 12 meses* e nos últimos 30 dias” (SENAD, 2010).

Em números, do total de 0,2% daqueles que fizeram uso nos últimos 12 meses, 0,1% tem entre 18 e 24 anos, e, 0,4% de 25 a 34 anos. Abaixo de 18 e acima de 35 anos, não foram constatados nenhum usuário.

Observa-se ainda que entre os universitários, 2,1% dos homens consumiram o crack na vida, enquanto as mulheres 0,5%. Nos últimos 12 meses, e, até mesmo nos últimos 30 dias, 0,5% dos entrevistados foram do sexo masculino e 0,1% sexo feminino. Comparado com o uso de outras drogas, entre elas as lícitas os números são considerados longe. A exemplo do álcool consumido por 90,3% dos homens e 83,1% das mulheres entrevistados que fizeram o uso na vida.

Um dado importante a ser levado em consideração é o fato de que a porcentagem de universitários que fizeram o uso de crack na vida são de instituições privadas, representando 1,4% dos entrevistados, contra 0,5% dos ingressos na instituição pública de ensino. Essa realidade só é invertida entre aqueles que realizaram o uso nos últimos 12 meses e, inclusive, 30 dias, chegando a: instituições públicas 0,3%, instituições privadas 0,1%.

O USO CONTROLADO DO CRACK

Entre os usuários de crack há aqueles que fazem o consumo controlado da droga. Um levantamento realizado por Oliveira e Nappo (2008) na cidade de São Paulo identificou o “padrão controlado”, caracterizado pelo não uso diário de crack, “comumente conciliado às atividades sociais pré-existentes (no que se refere à família, atividades escolares e trabalho), protegendo o usuário da marginalização” (2008).

O levantamento foi feito por estudo qualitativo etnográfico com usuários de crack e outras drogas. A pesquisa foi realizada por meio de questionário com participantes, segundo Oliveira e Nappo (2008) com recrutados pela técnica de amostragem em cadeias durante os anos de 2004 e 2005. “O conjunto de cada questão e suas respectivas respostas originou relatórios específicos que foram interpretados individualmente” (2008).

O padrão de uso mais frequentemente citado foi o compulsivo, caracterizado pelo uso múltiplo de drogas e desenvolvimento de atividades ilícitas em troca de crack ou dinheiro. Entretanto, identificou-se o uso controlado que consiste no uso não-diário de crack, mediado por fatores individuais, desenvolvidos intuitivamente pelo usuário e semelhantes, em natureza, às estratégias adotadas por ex-usuários para o alcance do estado de abstinência. (OLIVEIRA e NAPPO, 2008, p. 1)

Os autores destacam que o uso controlado é “caracterizado como o uso racional e não diário de crack” (OLIVEIRA e NAPPO, 2008) e com menores implicações individuais e sociais. “Amenizando o estereótipo anteriormente associado ao usuário de crack, reconhecido como alguém irresponsável, improdutivo e agressivo” (2008). Embora, o uso compulsivo ainda seja o mais frequente e ele consiste no uso diário de crack que pode se estender até nove dias contínuos. “Geralmente, esse uso só finalizava quando o usuário atingia o esgotamento físico, psíquico ou financeiro” (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abrangência do tema não nos possibilitará que lancemos conclusões. Os dados apresentados são preliminares e os levantamentos ocorreram a partir da produção do Trabalho de Conclusão de Curso. No primeiro momento foi necessário conhecer as informações apresentadas pelos órgãos oficiais sobre um possível perfil do usuário de crack.

Os dados apresentados pelos órgãos oficiais reforçam os elementos de que há uma indústria de usuários de crack, atribuindo-lhes a condição imediata de bandido e torpemente autoviciado. Essa relação está mantida em uma rede que controla a circulação, o comércio e até os locais de uso da droga. Atingindo visivelmente os filhos dos empobrecidos que agora passa a ter uma nova identificação e rotulação.

Essa nova rota do tráfico age com traços de genocídio e tem como alvo a classe empobrecida. Já que, nos modos de produção capitalista, essa população gera despesas ao Estado. Mesmo sem total cobertura nas áreas de saúde, educação, previdência social, e outros, há um impacto financeiro e que é mantenedor de uma rede de corrupção. O tráfico passa a ser

um dos braços dessa rede que gera homicídios e crimes contra a vida proporcionando um lucrativo negócio para os grupos que detém o capital⁴.

É importante considerar que esta força de dominação encontra resistência dos dominados. Assim estaríamos dizendo que os dominantes não encontram resistência frente a dominação. Para evitar a revolta dos dominados é trabalhada a construção de uma imagem coletiva que agregue ao empobrecido a rotulação de bandido e torpemente autoviciado. Na verdade essa é uma das estratégias adotadas para a alienação e exploração da mão de obra barata e a manutenção de um mercado em expansão que permite lucro ao Estado e aos grupos envolvidos nesta rede que gira em torno do tráfico de drogas.

Neste processo, a mídia desempenha um papel crucial na construção de uma imagem que associa pobreza e violência (SILVA, 2014). Como apresentamos na monografia, os veículos de comunicação reproduzem a imagem dos usuários a partir da versão oficial do Estado, que trata-os como um troféu, defendendo única e exclusivamente os interesses da classe dominante.

Detalhe, essa mesma classe é a que detém da propriedade dos veículos de comunicação, que por sua vez, são empresas, mantidas em uma indústria cultural⁵ (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) e estão inseridas no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Manoel Correia de Andrade: Os empobrecidos e a terra**. In Economia política do desenvolvimento. Maceió, vol. 3, Edição Especial, p. 9-44, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/149>> Acesso em: 18/01/2014.

CEDROGA - CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Propostas para políticas públicas sobre drogas no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

⁴ Harvey (2011) afirma que “o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalista, espalhando-se, as vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado”.

⁵ Segundo Genro Filho (1987): A categoria central da crítica da cultura burguesa feita pela Escola de Frankfurt, especialmente por Adorno e Horkheimer, que sugeriram a expressão "indústria cultural", é a idéia de *manipulação*. No capitalismo desenvolvido, todas as manifestações culturais, orquestradas pela batuta mercantil, tornar-se-iam plenamente funcionais ao sistema de dominação.

temporarias/especiais/54a-legislatura/politicas-publicas-de-combate-as-drogas/arquivos/relatorio-do-dep.-givaldo-carimbao> Acesso em: 08/04/2014.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. **Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo:** Padrão de uso controlado. In: Revista de Saúde Pública, São Paulo, vol. 42, ago. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102008000400012&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 13/04/2014.

PUC Minas. **A problemática do crack na sociedade brasileira:** o impacto na saúde pública e na segurança pública. Resumo das principais conclusões. Minas Gerais. 2010. Acesso 11/03/2014. Disponível em < http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20100826153926.pdf>

QUEIROZ, Vinicius Eduardo. **A questão das drogas ilícitas no Brasil.** 2008. Monografia apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do grau de bacharelado em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2008.

SALGADO, Nayara A. **A pedra não para:** Um estudo sobre a crackolândia na cidade de Belo Horizonte/MG. In: Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.268-293, jan./jun. 2013

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - SENAD. **Perfil dos Usuários de crack e similares no Brasil.** Brasília: Fiocruz, 2013.

_____. **I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras.** Brasília: Senad, 2010.

SILVA, Railton Teixeira da. **Imprensa e crack:** Uma análise preliminar do caso Alagoas. 2014. Monografia apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do grau de bacharelado em jornalismo, Centro Universitário Cesmac. Maceió, 2014.